

UM OLHAR ÉTICO-LITERÁRIO SOBRE UTOPISMO PORTUGUÊS

Sofia Araújo

Instituto de Filosofia - Universidade do Porto.
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto
(351) 226 077 100 | ifilosofia@letras.up.pt

Resumo: Enquanto género literário, o conceito de utopia tem exigências formais que não se encontram de forma distinta em qualquer obra de fôlego habitualmente incluída nas histórias da literatura portuguesa.

Palavras-Chave: utopia, Literatura, Portugal.

Abstract: As a literary genre, the concept of utopia has formal requirements that are not differently in any work of breath usually included in the stories of Portuguese literature.

Keywords: utopia, Literature, Portugal.

Enquanto género literário, o conceito de ‘utopia’ tem exigências formais que não se encontram de forma distinta em qualquer obra de fôlego habitualmente incluída nas histórias da literatura portuguesa. Assim, foi fácil assumir que não havia de facto utopias portuguesas, como o fez em 1979 João Medina, num artigo homónimo. Ora, é precisamente a esta arrojada afirmação que um grupo de investigadores portugueses coordenado por Fátima Vieira, da Universidade do Porto, procura, desde há mais de uma década, responder, num notável esforço de investigação e crítica. Do trabalho coordenado de investigadores da área da Literatura das Universidades do Porto, de Trás-os-Montes e Alto Douro e Nova de Lisboa resultou a descoberta e/ou estudo de textos verdadeiramente integrantes do género literário utópico – a título de exemplo, *As Viagens de Altina*, de Luís Caetano Altina de Campos (1790-3), editado por Zulmira Santos ou *Viagem ao Interior da Nova Holanda*, de Vasco José de Aguiar (1841), analisado por Jorge Bastos da Silva. Estes textos foram republicados em edições analíticas em duas colecções intituladas “Biblioteca das Utopias” (Quási Edições) e “Nova Biblioteca das Utopias” (Edições Afrontamento). Os múltiplos encontros científicos organizados no âmbito do projecto, frequentemente franqueados a contributos de cientistas fora do âmbito dos Estudos Literários, potenciaram igualmente uma reflexão alargada em torno do Utopismo em Portugal.

Para uma clara distinção entre “utopia” enquanto género e “utopismo” enquanto modo de reflexão recorramos ao instrumental estudo de José Eduardo Reis, intitulado precisamente “O Género da Utopia e o Modo do Utopismo”. Note-se a síntese:

Utopismo (utopianism; utopisme) é o termo substantivo geral definidor do conteúdo dessa forma de pensamento que está na origem e permeia as diversas formas de acção social e de expressão cultural, e entre estas últimas a da utopia como paradigma literário (REIS, 2004: 23)

José Eduardo Reis fala depois de “espírito da utopia” quase como sinónimo de utopismo. Ora, para um estudo de cariz ético-literário como o que aqui pretendo desenvolver, interessa mais o espírito dos textos e do pensamento utópico do que a fidelidade ao género literário formal, pelo que esta será uma leitura de grandes tendências – éticas, filosóficas – no utopismo português, com

particular, mas não exclusiva, atenção a exemplos recuperados pelo referido projecto “Utopias Literárias e Pensamento Utópico: a Cultura Portuguesa e a Tradição Intelectual do Ocidente”.

Centrando-nos nos propósitos de escrita de textos de tom utopista, poderemos entrever dois grandes rumos: aquele que recorre à idealização utópica com um fim escapista e aquele que a utiliza como forma de impelir à acção. Estando a utilizar uma definição de utopismo suficientemente ampla para abarcar constituições (cf. CUNHA, 1996) ou os próprios Direitos Humanos (cf. CRUZ, 2004), incluo neste segundo rumo textos que não desenharam sociedades fechadas ideais, mas antes idealizaram efeitos sociais de medidas concretas enquanto transformadores civilizacionais. Escapismo é tido neste estudo não como um termo depreciativo ou sequer necessariamente passivo, mas apenas como a oferta de alternativas utópicas acessíveis (ou não), mas não necessariamente determinadas, nem muito menos definidas pela escolha humana. Nesse âmbito, encontro uma subdivisão fundamental: o escapismo lúdico e o escapismo mitológico. A uni-los, está o facto de nestes textos o futuro ou a alternativa projectados não serem desenhados (nem constantemente redesenhados) por mão humana. Não quer isto dizer que não veiculem valores, ou sequer que a possível veiculação ocorra de forma necessariamente inconsciente. Colocam, isso sim, a hierarquização desses valores numa escala extra-humana – meramente factual, ou mitológica.

Começando pelo que denominei de utopismo de escapismo lúdico, escolhi salientar dois exemplos: *O Balão aos Habitantes da Lua*, de José Daniel Rodrigues da Costa e o texto brasileiro *O País de São Saruê*, reescrita do mito medieval da Cocanha. O texto de Rodrigues da Costa, datado de 1819 e reeditado em 1978 por Alberto Pimenta e em 2006 por Maria Luisa Malato Borralho, é um auto-proclamado poema herói-cómico em um só canto e segue muitos dos preceitos formais da utopia literária, narrando a visita de um homem, de um português, aos Lunáticos. O encanto do protagonista tem um tom quase *naïf* e cada facto surge na sua narração imbuído de mera casuística – passa aqui e comenta, vê aquilo e pergunta –, sem uma estruturação da visita. A certa altura a aceitação do novo mundo parece plena:

(34)

O nosso Herói, à vista do que ouvia,
Diz que tão confundido ali se achava
Que mil vezes consigo então dizia:
Ah, que se eu fora só, aqui ficava!
Se o fizesse, desculpa merecia,
Pois tudo com a razão se lhe ajustava;
Mas a outros lugares partiu presto,
Cobiçoso de ver ainda o resto.

No entanto, o pitoresco da visita não assume real contraste com a verdade do herói e o poema acaba por permitir um elogio final aos Lusos:

(75)

Então o nosso Herói, que já cansado
Estava de ver tanta variedade,
Diz que por se ter muito demorado,
Dera por visto o resto da Cidade;
Que de Lisboa tendo-se lembrado,
Do Povo Português teve saudade
Que por ter sido ali bem acolhido,
Esta fala fizera agradecido:

(76)

Oh, homens de razão! Oh, bela gente!
Que assim vos regulais com tal justiça!
De tanta rectidão e tão prudente
Que de viver-se aqui causais cobiça!
Oh, sempre vos ampare o Céu clemente,
Pois não sois para o bem gente remissa!
O mundo donde venho está sabido
Que é com o vosso muito parecido!

(77)

É ele dividido em quatro partes,
Ásia, África, América e Europa:
Da última sou eu, que é dada às Artes,
E Às Armas, com a mais valente tropa:
Tantos Soldados são, tantos Martes,
Nume que em guerra tudo em sangue ensopa,
Mas os Lusos, sem causa, nunca brigam,

Sabem só defender-se, se os obrigam.

(78)

É gente muito humana e de bom porte,

Dotada de uma grande fortaleza,

Que nos perigos arrosta com a morte,

Valor que já lhe vem por natureza.

Religião e Pátria é o seu Norte;

Têm ternura, carácter e firmeza:

Antes morrerão Mártires, que neguem

A pura e Santa Lei que têm e seguem.

Tratou-se, assim, de uma espécie de turismo utópico: visita-se um outro povo, mas não se traz uma real destriça social ou civilizacional e os detalhes de funcionamento são vistos mais à laia de curiosidade de visitante do que de apelo à mudança (ou à rejeição).

No caso do *País de São Saruê*, folheto de cordel brasileiro de 1947 assinado por Manoel Camilo dos Santos, só uma inferência lógica, mas falível, me permite a inclusão numa leitura do utopismo português. De facto, não seria impossível que o mito medieval da Cocanha se transfigurasse em São Saruê levado para o Brasil pelas variantes alemã e holandesa da Schlaraffenland. No entanto, a genética textual mais provável indicia que Portugal não tenha ficado incólume a um lugar-comum da narrativa europeia. Seja em Cocanha ou em São Saruê, Schlaraffenland ou na Big Rock Candy Mountain norte-americana, a noção de uma terra de abundância e igualdade assente na cornucópia divina que cessa toda a carência e permite a indulgência e o ócio foi certamente conhecida dos registos populares portugueses e nela se encontra, uma vez mais, uma forma de utopismo assente num escapismo lúdico. Não quer isto dizer que não contenha uma dimensão crítica – nomeadamente a valorização da distribuição equitativa –, mas não há nestes textos um projecto, um percurso para a meta delineada, escolhida. O lado fabuloso da visão utópica ganha, até, no caso do texto mais actual, uma amargura marcada pela inacessibilidade que se reconhece, como assinalei num trabalho anterior (cf. ARAÚJO, 2009).

A tradição cultural portuguesa de pensamento de matiz utópico está profundamente ligada a noções de messianismo e desígnio universal que consubstancio aqui numa noção de utopismo de escapismo mitológico.

Novamente, a noção de escapismo é aplicada não porque nos textos se escape à reflexão, ou sequer a toda a forma de acção, mas sim porque fica vedada a derradeira acção, a escolha. Os mitos maiores da cultura portuguesa – Sebastianismo e Quinto Império – estão imbuídos de utopismo. Onésimo Teotónio de Almeida afirma mesmo que o sebastianismo lhe parece “a mais elaborada formulação do utopismo português” (VIEIRA, 2004a). É a aparição de Cristo em Ourique que sustenta toda a ideia de um Encoberto que trará Portugal à proa do último dos Impérios, marcado pelo Humanismo e pela Diversidade, mas guiado pela superioridade lusa. O estudioso João Marques refere as características fundamentais da mitologia:

o sonho messiânico milenarista da conquista do mundo e da sua conversão cristã consubstanciado na ideia de um *Quinto Império* (...) o império futuro será português, universal e também temporal, para exclusivo serviço da fé católica. (MARQUES, 2004)

O messianismo, o próprio milenarismo, são marcas estratégicas do cumprir de um desígnio externo aos actantes. João Marques recorda, por exemplo, a noção de sinais, quando invoca a leitura da recuperação médica de D. João IV num sermão de Francisco Escobar em 1655. Mesmo quando há um apelo mais directo à acção, como em Padre António Vieira, esta é exigida para cumprir um desígnio que já está desenhado, que tem um ponto de chegada definido para lá da escolha humana. O profetismo popular das trovas de Bandarra apenas reforça a noção de um plano utópico que é externo à vontade humana. Utilizações políticas e religiosas dos mitos não retiram à sobrenaturalidade do desígnio utópico – antes se aproveitam dela. Como João Marques sintetiza:

Assim (...) se perspectivou e manipulou patrioticamente, como a conjuntura impunha, a promessa de um império universal na sermonária portuguesa, ao longo do período restauracionista sendo a mesma de primordial relevância para a consolidação e defesa da independência restaurada e do extenso Além-Mar, que fazia parte integrante do país, bem como do advento do sonho ecuménico e milenarista profetizado ao Monarca fundador, que embalou durante séculos a nação lusa (MARQUES, 2004)

É possível, no entanto, encontrar um real ímpeto de construção no utopismo português, sempre que haja um plano de acção para atingir uma meta escolhida pelo raciocínio humano. É o caso de projectos individuais como o do Padre

Himalaya, nome adoptado por Manoel António Gomes (1868-1933) que no início do século XX delinea um programa de intervenção progressista para a transfiguração efectiva de Portugal, com base na Educação e com vista à Felicidade Humana. Como recorda Márcia Lemos,

Himalaya sempre conjugou a sua Fé Religiosa com um profundo optimismo e um grande entusiasmo face à Ciência. Acreditava que o conhecimento e a prática científicos, juntamente com a educação, deveriam conduzir a uma democratização dos recursos naturais e à construção de um mundo que, sendo ecologicamente sustentado, é também mais feliz (LEMOS, 2010)

A mesma autora deixa clara a componente humana da escolha utópica de Himalaya:

[O] Padre Himalaya acreditava que a humanidade possui todos os recursos indispensáveis para a promoção de uma sociedade mais justa e mais solidária. Cabe ao ser humano reunir conhecimentos, coragem, energia e imaginação suficientes para o fazer (LEMOS, 2010)

Também a proposta de uma Utopia Europeia através da Federalização avançada por Donas Boto se enquadra nestas propostas concretas de cariz utópico. Note-se que quando em 1857 Luís Donas Boto avança a sua “Proposta da Federação dos Povos e dos Estados da Europa” refere-se a ela como “a utopia mais nobre, mais generosa e mais brilhante a que [a Europa] **poderia aspirar no estado actual da sua civilização**” (destaque meu, apud MARTINS, 2008). Igualmente apostados num futuro melhor para a Humanidade estão os utopistas da Sociedade Vegetariana de Portugal do princípio do século XX. *Irmânia*, de Ângelo Jorge e *Redenção*, de Amílcar de Sousa, ambas recuperadas e estudadas por José Eduardo Reis, são obras de cariz claramente utópico, chegando a cumprir grande parte dos requisitos literários do género. Publicadas em consonância com artigos no jornal *O Vegetariano*, órgão da Sociedade, e com trabalhos de vulto em torno do Vegetarianismo e do Naturismo, a escolha dos autores pela “coloração utopista” (REIS, 2011: 34) é sintomática da valorização do género na comunicação ideológica. Iza Barbosa refere-se a *Irmânia* afirmando que “mais do que uma utopia vegetariana, é uma utopia da saúde” (BARBOSA, 2006) e é este directo confrontar de questões indesejadas na condição humana e a tentativa de as superar que norteiam a

obra dos dois autores, assim como a valorização coeva da Ciência, isto é do conhecimento objectivo acessível ao humano:

Na época em que Ângelo Jorge viveu, as epidemias, como a Peste Bubónica de 1899, a tuberculose, as doenças venéreas, entre tantas outras, dizimavam sem dó nem piedade a sociedade portuense, mas também, de uma forma geral, a população de todos os países europeus. As curas prometidas pela Ciência não chegavam, tardavam desesperadamente... Deus – em quem se confiara em absoluto até essa época – tinha sido relegado para um grupo de crenças que eram ridicularizados ou marginalizados. A Saúde e a Morte passaram da esfera divina para o domínio da Ciência (BARBOSA, 2006)

Contudo, há a assinalar em Amílcar de Sousa um rumo mais extremo do que apenas a “diatribe contra os hábitos mundanos correntes” (REIS, 2011: 19), o “discurso militante de apoio à mobilização contra o erro que quer definitivamente elidir” (REIS, 2011: 25) e o “desejo utopista de transcender os atavismos e condicionalismos culturais” (REIS, 2011: 26) que José Eduardo Reis vê no seu texto. De facto, como o próprio académico nota:

Como na mais pura tradição utopista (basta ler o livro II da *Utopia* de More para o comprovar), este modelo de vida alternativo ao comum e tido por melhor organizado é fundamentado num corpo elaborado e complexo de regras, generalizado a todos os aspectos da vida individual, mas também social (REIS, 2011: 32)

Será esta ânsia de aplicação prática, que exigirá a normatização, que torna as utopias tão perigosas. A “profilaxia radical contra um passado humano degenerescente” (REIS, 2011: 36) que refere José Eduardo Reis conduz à introdução de medidas higienistas e de apuramento da raça, a par com uma “vertente profética-utopista de orientação nacionalista” (REIS, 2011: 37). São os perigos da aposta total numa resposta obtida pelo recurso à pretensa lógica. Um claro exemplo, mais literário e convencional, de um utopismo com vista à construção social, é o de *Viagem ao Interior da Nova Holanda* (1841), de Vasco José de Aguiar, recuperado e estudado por Jorge Bastos da Silva. A visita ao Vale da Razão traz-nos, à semelhança da *Utopia* de Thomas More, um modelo repetível de axiologia discutível pelo Humano. Há, assim, um alargar terreno do

potencial humano que cabe depois ao visitante escolher replicar ao não. Como recorda Bastos da Silva:

Os habitantes do Vale da Razão são uma versão ideal de nós mesmos, como indica a abundância de ecos culturais (...) Trata-se, enfim, da ideação hipérbolica de uma *identidade*, não de uma alteridade radical (SILVA, 2010: 21)

Há, assim, um confronto directo com um Outro que é verdadeiramente um Outro-Eu e o reequacionar da vivência corrente. O confronto com a alteridade, ainda que ficcional, alarga os horizontes e permite novas escolhas humanas.

Jorge Bastos da Silva afirma mesmo:

O engendramento de utopias faz-nos sempre romper os limites impostos à consciência pela sua eventual imersão numa realidade quotidiana que se tornou demasiado assimilada, adquirindo foros de aparente irrevogabilidade – uma realidade que viciando-nos pela sua permanente presença, pode chegar a confundir-se com uma suposta ordem natural das coisas, mesmo quando essa ordem é ética ou vivencialmente insatisfatória. Imaginação do diverso, o utopismo abre, liberta, inventa (SILVA, 2010: 28)

Uma derradeira forma de usar o utopismo como factor de construção de novos mundos é pela distopia, pela apresentação de mundos indesejáveis a evitar. Também nesse âmbito um texto se destaca na tradição portuguesa. O seu carácter peculiar é o de funcionar como uma espécie de adenda a um outro texto: quando, em 1859, Sebastião José Ribeiro de Sá, usando o seu termo, “acomoda ao português”, *O que Há-de ser o Mundo no Ano Três Mil*, de Émile Souvestre, acrescenta toda uma série extensa de alterações dedicadas a Portugal. Fátima Vieira encontra neste país de anões do Portugal de 3000 uma distopia portuguesa com ecos de Swift e dos periódicos em que o autor português se movia, com um óbvio apelo à acção, à escolha ética e informada:

o que é necessário é que se actue, no presente, contra as tendências entendidas como perniciosas. Assim se compreende a exortação de Ribeiro de Sá aos portugueses: «Actualidade! moderai os excessos; se não quereis sofrer os efeitos, evitai as causas» (VIEIRA, 2006: 59)

Para lá das valorizações pessoais e das estéticas subjectivas, todos estes contributos equacionam problematizações éticas e civilizacionais que se estendem para lá da mera narratividade e permitem responder à pergunta em

que Maria Luisa Malato Borrvalho transfigurou em 2004 a contundente negação de João Medina (cf. BORRALHO, 2004). A autora afirma:

Quase todas as utopias são jogos do real, ironias, *trompe l'oeil*, que enganam quem se quer enganar e falam claramente a quem os entende. A utopia passa por entre as redes dos limites, confundindo-as, iludindo-as. Aos que a temem porque vêem nela um tratado político-filosófico, desculpa-se com a fantasia, quase loucura. Aos que dela se aproximam seduzidos pelo tom romanesco deixa um travo amargo por se estar tratando de 'coisas sérias' (BORRALHO, 2004: 60).

Em 2004, Fátima Vieira declarou

Incorporando no seu eixo de formação a dinâmica do sonho e no seu eixo de actuação a dinâmica da criatividade, a utopia perfila-se assim como a (única?) *estratégia viável* para a superação da crise da contemporaneidade (VIEIRA, 2004b: 46)

Dez anos depois resta-nos desejar que os dois eixos continuem a encontrar-se na obra de novos autores portugueses, que, juntando ética e literatura, desenhem novos rumos para metas escolhidas pelo Humano.

Textos citados

ARAÚJO, Sofia de Melo (2009), "«Viagem a São Saruê», de Manoel Camilo dos Santos – algures entre a bobagem e utopia", in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* nº 10, 2009, ISSN 1645-958X, disponível em <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

BORRALHO, Maria Luisa Malato (2004), "Não há utopias portuguesas?", in VIEIRA, Fátima e Maria Teresa Castilho (org.) (2004), *Estilhaços De Sonhos Espaços de Utopia*, Vila Nova de Famalicão: Quási Edições, 58-73

COSTA, José Daniel Rodrigues da (2006), *O Balão aos Habitantes da Lua – uma utopia portuguesa*, Porto: FLUP

CRUZ, Maria Antonieta (2004), "Direitos Humanos – Uma Utopia em Construção. Um Exemplo: Direito de Voto em Portugal", in VIEIRA, Fátima e Maria Teresa Castilho (org.) (2004), *Estilhaços De Sonhos Espaços de Utopia*, Vila Nova de Famalicão: Quási Edições, pp. 74-91

CUNHA, Paulo Ferreira (1996), *Constituição, Direito e Utopia - Do Jurídico Constitucional nas Utopias Políticas*, Coimbra: Universidade de Coimbra

LE MOS, Márcia (2010), "Padre Himalaya: O Retrato de Um Utopista Português", in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* nº 11, 2010, ISSN 1645-958X, disponível em <http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

- MARQUES, João Francisco (2004), "A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração", in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* nº 2, 2004, ISSN 1645-958X, disponível em <http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>
- MARTINS, Francisco (2008), "Donas Boto: um ignorado europeísta utópico", in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* nº 9, 2008, ISSN 1645-958X, disponível em <http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>
- MEDINA, João (1979), "Não há utopias portuguesas", sep. *Revista de História das Ideias*, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra
- REIS, José Eduardo (2004), "O Género da Utopia e o Modo do Utopismo", in VIEIRA, Fátima e Maria Teresa Castilho (org.) (2004), *Estilhaços De Sonhos Espaços de Utopia*, Vila Nova de Famalicão: Quási Edições, 18-31
- REIS, José Eduardo (ed.)(2011), *Redenção Novela Naturista de Amílcar de Sousa*, Porto: ILC e Edições Afrontamento
- VIEIRA, Fátima (2004a), "Onésimo Teotónio de Almeida: uma entrevista sobre o utopismo português no rescaldo de uma palestra sobre o conceito de identidade", in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia* nº 1, 2004, ISSN 1645-958X, disponível em <http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>
- VIEIRA, Fátima (2004b), "O Utopismo e a Crise da Contemporaneidade: Velhas Receitas para Novos Caminhos", in VIEIRA, Fátima e Maria Teresa Castilho (org.) (2004), *Estilhaços De Sonhos Espaços de Utopia*, Vila Nova de Famalicão: Quási Edições, 32-47
- VIEIRA, Fátima (ed) (2006), *O que há-de ser o mundo no ano três mil, de Émile Souvestre, acomodado ao português por Sebastião José Ribeiro de Sá*, Vila Nova de Famalicão: Quási Edições